

RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.224 - RS (2019/0117194-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **MOEMA TEIXEIRA DE MELO DA SILVA**
RECORRENTE : **CLAUDIO DA SILVA**
RECORRENTE : **ELOA MACHADO TEIXEIRA DE MELO**
ADVOGADO : **LEONARDO TEIXEIRA DE MELO DA SILVA - RS0061293**
RECORRIDO : **AGROPECUARIA OLGANA LTDA**
ADVOGADOS : **JORGE HENRIQUE GITZLER - RS048531**
: **MARCELO JOSÉ MACHADO VOLKWEISS - RS048740**
INTERES. : **LUIZ MIRANDA DE ALVAREZ**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO C/C DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. PROVIMENTO.

1. Ação de demarcação c/c divisão de terras particulares.
2. Quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.
3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MOEMA TEIXEIRA DE MELO DA SILVA e OUTROS, fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 04/02/2019

Concluso ao gabinete em: 07/05/2019.

Ação: de demarcação c/c divisão de terras particulares com pedido

de antecipação de tutela para fixação de marco provisório, ajuizada pelo recorrente, em face de AGROPECUÁRIA OLGANA LTDA. e LUIZ MIRANDA DE ALVAREZ, fundada na necessidade de demarcação de imóvel.

Sentença: julgou procedente o pedido, para determinar o traçado da linha demarcanda nos termos do laudo pericial elaborado pela agrimensora e arbitrador nomeados pelo Juízo.

Condenou a recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 8.000,00, nos termos do artigo 85, §8º, do CPC/15.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela recorrente e negou provimento ao recurso adesivo da recorrida, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. MAJORAÇÃO. VIABILIDADE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

APELAÇÃO

DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA: Diante da documentação trazida aos autos defiro o benefício da gratuidade judiciária ao procurador da parte apelante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO: Este órgão fracionário possui entendimento de que é possível a fixação dos honorários de sucumbência por apreciação equitativa do magistrado, a teor do §82 do art. 85 do CPC/15, quando a aplicação dos percentuais previstos no §22 do mesmo artigo resultar em valor exacerbado, como no caso dos autos.

Embora não haja nenhuma repreensão ou crítica ao trabalho desempenhado pelo procurador da parte autora, a quantia correspondente a 10% sobre o valor da causa revelar-se-ia exacerbada frente a natureza da causa, que, a despeito de apresentar particularidades, não revela alta complexidade em seu deslinde.

Todavia, viável a majoração dos honorários de sucumbência para R\$ 13.000,00, frente as particularidades e natureza da lide.

Apelação provida em parte.

RECURSO ADESIVO

PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE: O pagamento das custas e dos honorários advocatícios sucumbenciais decorre do princípio

da causalidade, pelo qual quem deu causa ao aforamento da demanda é que deve responder pelo pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

No caso dos autos, a parte demandada ofertou resistência ao pedido formulado pela parte autora, do que advém a sucumbência na lide. Nesta linha, está devidamente caracteriza a pretensão resistida da parte demandada, de modo a permitir sua condenação ao pagamento dos ônus da sucumbência.

Recurso adesivo desprovido.

SUCUMBÊNCIA RECURSAL: O art. 85, §11º, do CPC/15 estabelece que o Tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal.

Sucumbência recursal reconhecida e honorários fixados em prol do procurador da parte autora majorados.

DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram parcialmente acolhidos, para sanar erro material relativo à gratuidade da justiça.

Recurso especial: alega violação do art. 85, §2º, do CPC/15.

Sustenta que os honorários advocatícios sucumbenciais deveriam ser fixados entre 10% e 20% sobre o valor da causa.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/RS.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 568/STJ)

A 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido para o CPC/2015, em que pese o entendimento pessoal desta Relatora em sentido contrário, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito

baixo.

6. (...)

Inicialmente, da leitura dos trechos acima, verifica-se que no CPC/2015 as hipóteses de arbitramento de honorários por equidade foram restritas às causas: (i) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou quando (ii) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

Por conseguinte, na aplicação conjunta dos §§ 2º e 8º do art. 85, foi estabelecida uma ordem de preferência para o arbitramento da verba honorária: (i) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (ii) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (ii.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (ii.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (iii) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

Já na hipótese sob julgamento, o Tribunal de origem decidiu nos seguintes termos:

Segundo o art. 292 do Código de Processo Civil/2015, o valor da causa, em ações de demarcação e divisão, deve corresponder ao "valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido".

Por sua vez, o art. 85, §2º do CPC/15 dispõe que os honorários devem ser fixados entre 10% e 20% "sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa", atendidos o grau de zelo do profissional, natureza e importância da causa, trabalho realizado e o tempo de duração.

No caso dos autos, a fixação dos honorários em 10% sobre o valor da causa, a teor do art. 85, §2º do CPC/15, como pretende a parte autora/apelante, resultaria em R\$ 68.600,00 (sessenta e oito mil reais), considerado o valor da causa de R\$ 686.000,00.

Ocorre que este órgão fracionário possui entendimento de que é possível a fixação dos honorários de sucumbência por apreciação equitativa do magistrado, a teor do §8º do art. 85 do CPC/15, quando a aplicação dos percentuais previstos no §2º do mesmo artigo resultar em valor exacerbado, como no caso dos autos.

Embora não haja nenhuma repreensão ou crítica ao trabalho desempenhado pelo procurador da parte autora, pelo contrário, a quantia de R\$ 68.600,00 revela-se exacerbada frente a natureza da causa, que, apresente particularidades, mas não revela alta complexidade em seu deslinde.

Estabelecer os honorários de sucumbência nos moldes em que pleiteado neste recurso, rogando vênia em sentido contrário, viola o princípio da razoabilidade (art. 8º, CPC/15), pois destoa dos parâmetros desta lide.

Nesta linha:

(...)

Insisto que inexistente nesta conclusão qualquer demérito ao trabalho desempenhado pelo causídico, apenas trata-se de entendimento do colegiado sobre o tema, que deve ser aqui observado.

Deste modo, estimo que é viável a majoração da verba honorária, mas com base em apreciação equitativa (art. 85, §8º do CPC/15), fixando-o em R\$ 13.000,00 corrigidos na forma da sentença, quantia que atende aos parâmetros do referido artigo, bem como guarda consonância com o entendimento deste colegiado sobre o tema.

Portanto, é caso de dar parcial provimento ao apelo da parte autora, nos termos da fundamentação.

Recurso provido em parte. (e-STJ, fls. 662/664)

No caso dos autos, extrai-se do acórdão recorrido que o valor da causa é de R\$ 686.000,00 reais, ou seja, não pode ser considerado muito baixo para aplicação do § 8º, do art. 85, que prevê a fixação por equidade.

Portanto, com fundamento na Súmula 568/STJ, o recurso deve ser provido para determinar a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º,

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora